Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

21/09/2016

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   1.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 1
   1.2. VARA CRIMINAL..... 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. DECISÕES..... 3 - 5
   2.2. ESMAM..... 6 - 7
3. JORNAL EXTRA
   3.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 8
4. JORNAL PEQUENO
   4.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 9
   4.2. JUÍZES..... 10 - 11
   4.3. PRESIDÊNCIA..... 12
   4.4. PROCESSO SELETIVO..... 13
   4.5. SERVIDOR PÚBLICO..... 14

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CODÓ

CGJ participa de vistoria em unidades prisionais

O juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), acompanhou visita de representantes da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) a estabelecimentos penais de Codó, Caxias e Timon, nos dias 19 e 20 de setembro. Ao final da visita, o magistrado destacou aspectos positivos da vistoria das condições de funcionamento dessas unidades.

Segundo informações do magistrado, na unidade de Codó, onde se encontra em fase terminal a obra de construção de presídio, há previsão da instalação da sala de videoconferência para realização das audiências, melhorias na casa do albergado, dentre outras.

Na oportunidade, o juiz da execução penal da comarca de Codó, Holídice Cantanhede, ressaltou o apoio da Corregedoria da Justiça à melhoria da execução penal no Estado: "É visível o esforço e boa vontade da corregedora Anildes Cruz em cobrar do governo do Estado providências no sentido de melhor estruturar e equipar as URP´s e presídios, o que repercute positivamente no trabalho dos juízes, especialmente dos juízes da execução, além de contribuir de forma fundamental para a redução da violência", disse.

Ao final da visita, Cutrim destacou aspectos positivos da vistoria

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

BACABAL

Acusado de tentar matar irmã é réu vai a júri

Júri promovido pela 4ª vara de Bacabal leva ao banco de réus nesta quinta-feira (22) José Ribamar de Morais, conhecido como "Zezinho das Bicicletas", acusado de tentativa de homicídio contra a irmã, Maria Deusa de Morais Silva. Com início marcado para as 8h30, o julgamento será presidido pelo juiz João Paulo Melo, titular da vara.

De acordo com a denúncia, o fato se deu por volta das 12h do dia 30 de janeiro do ano em curso, na residência dos pais de vítima e acusado. Ainda conforme a denúncia, na ocasião o réu chegou ao local embrigado, tendo sido repreendido pela irmã. Insatisfeito com as reclamações, "Zezinho das Bicicletas" teria se deslocado até a cozinha, de onde voltou armado com uma faca.

Escondendo a arma, o acusado se aproximou da irmã desferindo, de surpresa, um golpe em Deusa, que conseguiu se esquivar. Ato contínuo, o réu atacou mais uma vez a irmã, atingindo-a na região abdominal. Relata a denúncia que "Zezinho das Bicicletas" não teria continuado as agressões porque não conseguiu retirar a arma do corpo da vítima.

Segundo os autos, após o acontecido o acusado fugiu, tendo se dirigido até a casa de um cabo da Polícia, para quem teria contado o crime e pedido que o policial o prendesse.

Agora José Ribamar de Morais ("Zezinho das Bicicletas") sentará no banco dos réus em Juri promovido na próxima quinta-feira (22).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Itaipava do Grajaú

Polícia prende ciganos no interior

POLÍCIA 4

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Polícia prende ciganos que agiriam no interior do MA

Grupo de 4 ciganos foi preso em Itaipava do Grajaú, na segunda-feira, e segundo a polícia é de alta periculosidade; eles foram autuados em flagrante por crimes como associação criminosa

Quatro ciganos que, segundo a polícia, fazem parte de uma organização criminosa especializada em crime de pistolagem, roubo, furto e homicídio no Maranhão e em outros estados foram apresentados, ontem, durante entrevista coletiva, na sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP), na Vila Palmeira, em São Luís. Segundo a polícia, o bando foi preso na última segunda-feira, na cidade de Itaipava do Grajaú. Com eles, foram apreendidas três pistolas calibre 380, cinco carregadores municiados e uma Hilux preta, de placas PIP-7838, de Teresina (PI).

Foram detidos Francisco Carlos Rocha, de 25 anos; Jorge Luís da Rocha, de 26 anos; Manoel da Luz Rocha Sousa, de 31 anos, e Carlos Roberto Pereira, o *Carlos Cigano* ou *Cacá Cigano*, de 46 anos. O superintendente da Polícia Civil do Interior, delegado Dicival Gonçalves, declarou que esses criminosos foram autuados em flagrante pelos crimes de associação criminosa, porte ilegal de arma de fogo e corrupção ativa.

Eles foram ouvidos pelo delegado Regional de Barra do Corda, Renilto Ferreira, e ontem, no período da manhã, transferidos para a capital, onde vão ficar presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, à disposição da Justiça.

Periculosidade

Dicival Gonçalves também afirmou que todos esses criminosos são de alta periculosidade e o mais perigoso é Carlos Cigano. Somente pelo Poder Judiciário do Maranhão, ele tem dois processos e um deles por roubo ao Banco do Brasil da cidade de Timbiras, ocorrido no dia 4 de setembro de 1997. Esse criminoso responde também por uma tentativa de homicídio no interior do estado.

No estado do Pará, pistoleiros tentaram assassinar *Carlos Cigano*, no dia 20 de maio do ano passado, na cidade de Dom Eliseu. A ação acabou resultando na morte do cabo Duarte, da Polícia Militar daquele estado, e deixou gravemente ferido o soldado Jussefran, quando tentaram intervir no ato criminoso. *Carlos Cigano* também foi baleado e transferido para um hospital, localizado no município de Açailândia.

Nessa época, foram abertos o inquérito policial e a investigação pelo delegado da Polícia Civil do Pará, Yuri Nascimento Vila Nova. *Carlos Cigano* é acusado de ter participado da morte de quatro ciganos, em julho de 2012, em Araguaína, no estado do Tocantins. "O bando vai ficar preso em Pedrinhas e será investigado pela polícia, pois deve ter participação em outros crimes", informou Dicival Gonçalves.

Prisão

O delegado Renilto Ferreira disse que moradores de Itaipava do Grajaú observaram que havia homens desconhecidos e armados circulando nessa cidade, pois provavelmente iriam realizar assaltos ou cometer assassinatos. Devido a isso, eles resolveram acionar a polícia. De posse da informação, o delegado realizou, na última segunda-feira, em companhia de policiais civis e do 5º Batalhão da Polícia Militar, uma operação com o objetivo de combater crimes de pistolagem nessa área durante o período eleitoral.

Incursões e revistas foram feitas em vários pontos dessa localidade. Numa revista em uma Hilux em que estavam os quatro ciganos, foram encontradas três pistolas e cinco carregadores municiados. Eles disseram que eram oriundos da capital piauiense e também de Caxias, como ainda teriam sido contratados pelo prefeito de Itaipava do Grajaú para fazer a sua segurança no decorrer da campanha eleitoral, mas negaram que teriam ido realizar alguma execução.

Além de eles prestarem esse serviço, também iriam receber um valor de R$ 200 mil para prestarem outro trabalho ao gestor municipal. "No momento da abordagem, o bando não declarou que tipo de trabalho seria, mas que renderia a quantia de R$ 200 mil", declarou o delegado.

Ainda durante a abordagem, a organização criminosa tentou corromper os policiais. O delegado informou que os criminosos alegaram que já tinham falado com o prefeito dessa cidade e que teriam valores disponíveis para evitar que fossem autuados em flagrante, além de deixá-los na cidade e fazerem o que estavam ali para executar.

O Estado entrou em contato, por telefone na tarde de ontem, com o prefeito de Itaipava do Grajaú, Joãozinho do Dimaizão, para saber mais informações sobre o caso, mas não obteve resposta. O gestor municipal declarou à **Rádio Mirante AM** que não teria contratado esse bando e que dois policiais militares reformados trabalham na sua segurança. ●

> "O bando vai ficar preso em Pedrinhas e será investigado pela polícia, pois, deve ter participação em outros crimes"
>
> **DELEGADO DICIVAL GONÇALVES**
> superintendente da Polícia Civil do Interior

NÚMERO

4

ciganos foram presos na cidade de Itaipava do Grajaú

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Biné Morães

Bando de ciganos apresentado ontem, durante entrevista coletiva na Secretaria de Segurança; prisão ocorreu em Itaipava do Grajaú

SAIBA MAIS

Cúpula da polícia participou da coletiva

Além dos delegados Dicival Gonçalves e Renilto Ferreira, participaram da coletiva o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, e o delegado geral da Polícia Civil, Lawrence Melo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

• O Tribunal de Justiça do Maranhão promoverá, por meio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), um curso próprio de segurança para magistrados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJMA tem curso para segurança dos magistrados

O curso, credenciado pela Enfam, é o primeiro do Brasil a ter um conteúdo específico na área

O Poder Judiciário maranhense já tem, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfan), um curso próprio de segurança para magistrados. O curso é realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), com apoio da Comissão de Segurança Institucional do TJMA.

Com o curso próprio, com todas as credenciais para preparar os magistrados maranhenses, o Judiciário maranhense facilita o acesso dos magistrados aos conhecimentos essenciais para sua segurança e economiza recursos ao realizar a capacitação no próprio Estado, utilizando sua estrutura física e estrutura de órgãos parceiros. Atualmente, o custo total do curso para uma turma de 25 magistrados está em R$ 50 mil.

"Posso destacar dois pontos positivos principais: a prova de que podemos, com planejamento, realizar nossas capacitações em nosso Judiciário, através da nossa escola, com toda excelência exigida; e a redução de custo, otimizando os recursos, o que é importante para a gestão pública a todo tempo", pontua o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.

Turmas

A primeira turma do curso de Segurança Institucional para Magistrados foi capacitada no primeiro semestre de 2016. A segunda será formada por magistrados que atuam na Região Tocantina do Maranhão e será realizada na Comarca de Imperatriz, em outubro próximo.

O curso, credenciado pela Enfam, de acordo com a Comissão de Segurança Institucional do TJMA, é o primeiro do Brasil a ter um conteúdo específico na área. São 40 horas-aula, que abordam um contexto geral de segurança, estudo de casos, conduta da autoridade protegida, comportamentos e protocolos a serem adotados, inteligência no Judiciário, técnicas operacionais, como entrevistas e detecção de mentiras, direção defensiva e evasiva e tiro defensivo.

"É um conteúdo bastante abrangente, seguindo todas as diretrizes de cursos importantes nacionais e internacionais. Tanto que os profissionais que ministram o curso têm certificações nacionais e internacionais em suas especificidades", explica o major Alexandre Magno, diretor de Segurança Institucional do TJMA. ●

ATUALIZAÇÕES

Capacitação é meta do Judiciário

Além de promover o curso para magistrados que não possuem nenhuma capacitação de segurança, o próximo passo do Judiciário maranhense é continuar realizando a atualização daqueles magistrados que já foram capacitados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Corregedoria Geral da Justiça participa de vistoria em unidades prisionais do interior

O juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), acompanhou visita de representantes da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) a estabelecimentos penais de Codó, Caxias e Timon, nos dias 19 e 20 de setembro. Ao final da visita, o magistrado destacou aspectos positivos da vistoria das condições de funcionamento dessas unidades.

Segundo informações do magistrado, na unidade de Codó, onde se encontra em fase terminal a obra de construção de presídio, há previsão da instalação da sala de videoconferência para realização das audiências, melhorias na casa do albergado, dentre outras.

Na oportunidade, o juiz da execução penal da comarca de Codó, Holídice Cantanhede, ressaltou o apoio da Corregedoria da Justiça à melhoria da execução penal no Estado: "É visível o esforço e boa vontade da corregedora Anildes Cruz em cobrar do governo do Estado providências no sentido de melhor estruturar e equipar as URP´s e presídios, o que repercute positivamente no trabalho dos juízes, especialmente dos juízes da execução, além de contribuir de forma fundamental para a redução da violência", disse.

Na comarca de Caxias, o juiz auxiliar informou que a solicitação de mais um veículo para transporte dos presos para as audiências, encaminhada pela corregedora geral da justiça, desembargadora Anildes Cruz, no dia 18 de agosto, foi atendida pela SEAP e no prazo máximo de 20 dias serão entregues as viaturas para aquela unidade prisional.

A juíza da execução Marcela Lobo (5a Vara de Caxias) reafirmou a sua preocupação com a infraestrutura da unidade de Caxias, onde já vem solicitando maior atenção para as reformas necessárias. Outra demanda solicitada e já encaminhada foi a reativação do IML no polo regional de Caxias, informou o juiz auxiliar Gladiston Cutrim: "o pleito facilitará o atendimento das vítimas de violência doméstica da região, dando mais segurança ao trabalho da Justiça".

Na comarca de Timon, a visita foi acompanhada pelo juiz Elismar Marques (3ª Vara Criminal), responsável pela execução penal, além de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública. Na oportunidade, foi constatada a necessidade de urgência na conclusão da obra da nova unidade prisional, considerando que o presídio atual já conta com cerca de 500 presos, aproximadamente.

Presente à visita, a subsecretaria da SEAP Ana Luísa Falcão, discutiu a proposta de uma equipe para fazer o acompanhamento dos presos do regime aberto e semiaberto. E garantiu a parceria para que seja discutido em conjunto os problemas existentes referentes a administração penitenciária.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Unidades prisionais passam por vistoria em Codó, Caxias e Timon

Divulgação

Juízes acompanham vistoria em unidades prisionais no interior do MA

O juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual (Copen), acompanhou visita de representantes da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Seap) a estabelecimentos penais de Codó, Caxias e Timon, nos dias 19 e 20 de setembro. Ao final da visita, o magistrado destacou aspectos positivos da vistoria das condições de funcionamento dessas unidades.

Segundo informações do magistrado, na unidade de Codó, onde se encontra em fase terminal a obra de construção de presídio, há previsão da instalação da sala de videoconferência para realização das audiências, melhorias na casa do albergado, dentre outras.

Na oportunidade, o juiz da execução penal da comarca de Codó, Holídice Cantanhede, ressaltou o apoio da Corregedoria da Justiça à melhoria da execução penal no Estado: "É visível o esforço e boa vontade da corregedora Anildes Cruz em cobrar do governo do Estado providências no sentido de melhor estruturar e equipar as URPs e presídios, o que repercute positivamente no trabalho dos juízes, especialmente dos juízes da execução, além de contribuir de forma fundamental para a redução da violência", disse.

Na comarca de Caxias, o juiz auxiliar informou que a solicitação de mais um veículo para transporte dos presos para as audiências, encaminhada pela corregedora geral da justiça, desembargadora Anildes Cruz, no dia 18 de agosto, foi atendida pela Seap e no prazo máximo de 20 dias serão entregues as viaturas para aquela unidade prisional.

A juíza da execução Marcela Lobo (5ª Vara de Caxias) reafirmou a sua preocupação com a infraestrutura da unidade de Caxias, onde já vem solicitando maior atenção para as reformas necessárias. Outra demanda solicitada e já encaminhada foi a reativação do IML no polo regional de Caxias, informou o juiz auxiliar Gladiston Cutrim: "o pleito facilitará o atendimento das vítimas de violência doméstica da região, dando mais segurança ao trabalho da Justiça".

Na comarca de Timon, a visita foi acompanhada pelo juiz Elismar Marques (3ª Vara Criminal), responsável pela execução penal, além de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública. Na oportunidade, foi constatada a necessidade de urgência na conclusão da obra da nova unidade prisional, considerando que o presídio atual já conta com cerca de 500 presos, aproximadamente.

Presente à visita, a subsecretária da Seap Ana Luísa Falcão, discutiu a proposta de uma equipe para fazer o acompanhamento dos presos do regime aberto e semiaberto. E garantiu a parceria para que seja discutido em conjunto os problemas existentes referentes à administração penitenciária.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Destaque

A última edição da conhecida Revista Síntese de Direito Administrativo destaca as "Eleições e seus Impactos na Administração Pública". Nela consta o artigo "Interposição de Recursos Eleitorais por E-mail" do advogado e juiz eleitoral Daniel Blume. O trabalho foi bem recebido pela comunidade jurídica nacional.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Riachão

Justiça determina que Município ofereça tratamento a paciente com câncer

Uma decisão assinada pela juíza Elaile Silva Carvalho, titular da 1ª Vara de Balsas e respondendo por Riachão, determina que o Município de Riachão ofereça tratamento médico e hospitalar adequado a um paciente que tem câncer de pele. A ação, movida por J. P. S., afirma que é portador de câncer de pele, enfermidade que lhe impõe uma série de atribulações na saúde, não recebendo do município qualquer atendimento e medicação que trate a doença de forma efetiva. De acordo com o laudo médico anexado à ação, o câncer alcança as áreas da região frontal (testa) e outro abaixo do olho direito, na pálpebra inferior direita, do tipo espinocelular, indicando o laudo que o paciente necessita de encaminhamento a dermatologista oncológico e cirurgia de complexidade, e que o paciente encontra-se sob risco de metástase.

O pedido acrescenta, ainda, que o requerente necessita urgentemente fazer tratamento com quimioterápicos, radioterapia, e operação para a retirada de tumores na pele, visto que se encontra impossibilitado de arcar com as despesas necessárias, por ser hipossuficiente. Finalmente, alega o risco de morte, requereu ao juízo, em pedido próximo, a antecipação da tutela jurisdicional, mediante liminar que obrigue a municipalidade a fornecer tratamento médico hospitalar especializado e adequado. “Requer, também, a citação do requerido para os termos da ação proposta, que pleiteia seja julgada procedente após os trâmites legais, anotando-se a prioridade legal para o julgamento do feito e concedendo-lhe os benefícios da justiça gratuita”, destaca a decisão liminar.

A magistrada ressalta que, após analisar detidamente a documentação, a saúde pública é um direito de todos e dever do Estado citando a Constituição Federal “O atestado médico acostado à inicial demonstra quantum satis, que o paciente padece de doença grave, que reclama uma série de intervenções e cuidados médicos especializados, inclusive intervenção cirúrgica. Essa situação fática de enfermidade, como é cediço, investe o autor (cidadão), no direito de exigir e receber do Estado Brasileiro (em sentido amplo), o atendimento médico e hospitalar necessário, sendo que, no sentido estrito, tal obrigação compete ao Município de Riachão, obrigado constitucionalmente a prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado do Maranhão, os serviços de atendimento à saúde da população (artigo 30 da Constituição)”, explana a decisão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

• O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, recebeu, na segunda-feira (19), o presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Marcelo Moreira, que esteve acompanhado dos magistrados Frederico Feitosa de Oliveira e Nilo Ribeiro.

• Um dos assuntos da reunião foi a preocupação da AMMA com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 62, que pretende desvincular os subsídios dos juízes da remuneração dos ministros do Supremo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Candidatos classificados para prova objetiva em seleção de assessor de juiz

Edital assinado pela juíza Marcela Santana Lobo, titular da 5ª vara da comarca de Caxias, torna pública a relação dos candidatos ao cargo de assessor de juiz classificados para participação na etapa subjetiva e de entrevista da seleção.

De acordo com o edital, a etapa subjetiva acontece 27 de setembro, às 9h, no Salão do Júri do fórum de Caxias (Av. Norte-Sul, s/n, Campo de Belém), com 4 horas de duração.

Ainda segundo o edital, a etapa subjetiva constará de "elaboração de uma sentença criminal e de uma decisão, segundo as regras de redação oficial, considerando-se o uso correto da língua portuguesa". O candidato deverá comparecer ao local da prova munido de notebook e terá livre acesso à internet, legislação, livros, documentos e jurisprudências.

ENTREVISTAS

As entrevistas, que acontecem no gabinete da 5ª vara, abordarão "temas relativos ao desempenho da atividade profissional, percepção pessoal do trabalho pelo candidato e disponibilidade para o exercício das funções".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

• Com o objetivo de integrar servidores do Judiciário maranhense, em comemoração ao Dia do Servidor – 28 de outubro –, e aproximar a comunidade da Justiça maranhense, será realizada a 1ª Corrida TJMA, dia 29 de outubro (sábado), com largada às 17h do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís (MA). As inscrições, um total de 700, já estão abertas e vão até o dia 10 de outubro, pelo site https://www.centraldacorrida.com.br/1acorridatjma. A taxa de inscrição é de R$ 60,00.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo